

AS REPRESENTAÇÕES DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: DO COMBATE À SECA AO DISCURSO DA CONVIVÊNCIA

Almair Morais de Sá¹

“Se a lógica do combate [à seca] construiu ‘emblemas nordestinos – o cangaço, o messianismo, o velho engenho ou a seca, temas que pertencem à saga cultural-simbólica das oligarquias nordestinas’ (ZAIDAN FILHO, 2001), a lógica da convivência busca apresentar que não há mais um nordeste, mas sim, nordestes, e que nessa nova conformação, o Semiárido não pode mais ficar enquanto reduto da pobreza nordestina e brasileira. Ele é potencial, é competitivo, solidário...”

Luzineide Dourado Carvalho

Nesse fragmento do texto de Luzineide Dourado – A Emergência da Lógica da “Convivência com o Semiárido” e a Construção de uma nova Territorialidade – dois espaços de poder e objetos de saber são mencionados: o Nordeste e o Semiárido. Embora este seja parte constituinte da pluralidade daquele, os dois não se confundem, possuem lugares próprios no jogo das palavras – um jogo em que desejo e poder parecem se articular exprimindo uma vontade de verdade. Há nesse jogo um olhar que destitui o Semiárido de um lugar (“reduto da pobreza nordestina e brasileira”) e reivindica para ele um outro lugar possível (porque ele é “potencial, é competitivo, solidário”).

Consideremos que também não existe um Semiárido todo homogêneo e unificado. Talvez possamos falar em Semiárido no plural. Enquanto espaço onde experiências humanas acontecem, ele deve ser visto como lugar de representação carregado de sentidos; palco da vida ora mostrada na sua forma mais realista ora teatralizada nas relações de poder, nos mecanismos de dominação e de resistência utilizados pelos diversos atores sociais e nos conflitos que nele são travados e negociados; nele existe toda uma pluralidade de práticas culturais que ora se assemelham e se cruzam ora se estranham e se excluem. Mas, voltando ao fragmento, que vontade de verdade seria essa que institui entre dizibilidades e vizibilidades² um

¹Historiador, Mestrando em História – PPGH/UFPB, Campus de João Pessoa, PB. E-mail: almairms@hotmail.com

² “Quando falamos na emergência de uma nova visibilidade e dizibilidade, falamos da emergência de novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens, que permitem ver e falar de forma

real – o Semiárido – no e por meio do discurso ao mesmo tempo em que recusa um lugar e reivindica outro para essa região?

No limiar da década de 90 do século XX, a contestação engendrada por diversos segmentos da sociedade civil organizada³ ao modelo de intervenção governamental no Semiárido Brasileiro ensejou a elaboração de uma nova compreensão desse espaço e de seus habitantes, deslocando-se do tradicional discurso do combate à seca para a concepção de convivência com a região, ancorada na reflexão de questões como: sustentabilidade, respeito à diversidade, solidariedade, coletividade, articulação em redes etc. Considera-se que a irrupção desse deslocamento em nível de discurso “*vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é ser Semiárido*” (FORTUNATO; MOREIRA NETO: 2008: p.3).

O discurso do combate à seca direcionou durante muito tempo a elaboração e execução de políticas públicas⁴ para o Semiárido pautadas na lógica de que *a seca exigia medidas de combate e de que a miséria era gerada por ela; assim, enquanto não se acabasse com as secas, não haveria como resolver os problemas aos quais a região era condenada* (SOUZA: 2005, p.21). Esse discurso começou a ser elaborado especificamente a partir da seca de 1877-1879 – que ganhou uma ampla repercussão nacional – e adquiriu força ao longo do século XX legitimado nas práticas de instituições governamentais criadas com o objetivo de empreender e administrar as ações de combate ao fenômeno da seca⁵.

A veiculação de imagens e textos de um Nordeste econômica e humanamente inviável, ligado ao fenômeno da seca, ao banditismo ou ao fanatismo religioso, serviu para construir uma representação negativa e pessimista da região: “O Nordeste devia ser visto e lido numa só direção para que seu efeito de verdade fosse eficiente politicamente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR: 2009, p.84). De um lado, tal empreendimento atendia aos interesses daqueles que afirmavam o atraso, o subdesenvolvimento e a miséria como marcas dessa região ao mesmo tempo em que

diferenciada da forma como se via e dizia o sublunar, anteriormente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR: 2009, p.34).

³ Federações estaduais, sindicatos, igrejas, associações, cooperativas de pequenos produtores e ONG's de assessoria e apoio.

⁴ Tais políticas consistiam na execução de grandes obras hídricas que se traduziam na construção de açudes e perímetros irrigados.

⁵ Instituições como: IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca) em 1919, e subsequentemente o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), criado em 1945, e, num momento mais recente, a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), criada em 1959.

reforçavam as imagens do progresso, da modernização e do crescimento econômico característicos do Sul do país; e de outro, daqueles que, sobressaindo-se dentro das relações de poder existentes na região, apropriavam-se desse discurso de vitimização realizando ações e manobras políticas a fim de lucrar com as medidas governamentais destinadas ao combate à seca⁶. Para os que eram prestigiados no exercício do poder político não interessava a autonomia dos demais sujeitos. Com base nessa compreensão,

As políticas governamentais sempre foram acionadas a partir das necessidades extremas da população nos períodos de seca, mas sempre foram comandadas pelas elites regionais que controlavam a situação. Tanto a distribuição de cestas básicas, como a distribuição de água e a organização de frentes de trabalho foram controladas pelas elites e serviram para aumentar sua riqueza e seu domínio sobre a população (ÁGUA DE CHUVA: O Segredo da convivência com o Semiárido brasileiro, 2001, p.14 – 15).

Esse discurso passou a ser questionado com a emergência de uma nova linguagem discursiva – a convivência com o Semiárido – quando as políticas de combate à seca passaram a dividir espaço com as políticas de convivência com o Semiárido, cuja proposta se apresenta como possibilidade de uma nova elaboração deste espaço tendo como enunciados básicos a adaptação (Cf. MALVEZZI, 2007, p.11-12.), a sustentabilidade, a promoção da cidadania e a construção de sujeitos autônomos que tenham incidência política.

A partir dessa ideia de convivência considera-se importante o manejo adequado dos recursos naturais existentes, o fortalecimento da sociedade civil enquanto partícipe da elaboração e execução de políticas públicas para a região, a inferência do protagonismo social na redefinição das condições socioculturais, políticas e econômicas que os agentes sociais vivenciam no campo das relações de poder/saber, e a reelaboração da compreensão do que é viver no Semiárido; tendo a educação uma relevância impar frente a todas essas questões. Essa concepção que *“redimensiona o*

⁶ “Historicamente os problemas “naturais” inerentes à região do Semiárido Brasileiro, sobretudo as estiagens e as enchentes, têm sido convertidos, através dos discursos dominantes, em problemas políticos que se inclinam à autopromoção dos que administram a máquina pública e incitam a execução de políticas com feições imediatistas que vislumbram soluções momentâneas e insustentáveis e que, na maioria das vezes, contribui para acentuar a inviabilidade da região, uma vez que o desenvolvimento propiciado por elas é restrito e temporário” (SÁ, A. M. FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M. Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. In. Revista Pesquisa(UFCG), 2008, v. 2, p. 511.).

lugar dos sujeitos e das imagens produzidas sobre esses e sobre o ambiente” (FORTUNATO; MOREIRA NETO: 2008, p.7) assenta-se na compreensão de que:

(...) a convivência do homem com a semiaridez pode ser assegurada. O que está faltando, são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural (FÓRUM NORDESTE, 1993, p. 05).

Os discursos da convivência emanam de uma nova visibilidade e de uma nova mentalidade que pensam o Semiárido Brasileiro como um espaço de particularidades naturais e socioculturais que costuram uma identidade própria para a região – ainda que esta seja caracterizada pela diversidade de sujeitos, de práticas culturais, de modos de ver e dizer o mundo etc – e lhe conferem possibilidades de desenvolvimento. A pergunta sobre qual o modelo de desenvolvimento que queremos para o Semiárido tem norteado as reflexões sobre políticas públicas, sustentabilidade, protagonismo social etc, e tem contribuído para ampliar a discussão entorno das viabilidades que a proposta da convivência apresenta em termos de um autêntico desenvolvimento para a região. Como diz SILVA (2008, p.219), a conquista de políticas públicas “permanentes e apropriadas, que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais” pode ser um caminho para a “superação das estruturas geradoras de desigualdade” no Semiárido.

Nesse sentido, o surgimento de organizações não-governamentais que, nas duas últimas décadas, passaram a difundir uma nova compreensão da região e de seus sujeitos pautada na idéia de convivência e opondo-se ao tradicional discurso do combate à seca, representa um marco fundamental para se entender os esforços que vem sendo feitos no sentido de construir novas dizibilidades e vizibilidades sobre o Nordeste/Semiárido. A idéia de convivência passou a ser difundida no seio de diversas instituições da sociedade civil como, por exemplo, o IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada) que se constituiu como entidade em 1990, a ASA (Articulação do Semiárido) criada em 1999; a RESAB⁷ (Rede de Articulação do

⁷ É neste contexto que surge a RESAB: “[...] em 1998 diversas instituições reuniram-se em Juazeiro, Bahia, no Simpósio Escola e Convivência com a Seca, apoiado pelo Projeto Nordeste, pela UNDIME e pelo UNICEF. Em 2000 realizou-se, entre os dias 04 e 06 de setembro, também em Juazeiro, Bahia, o I Seminário de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro. Deste seminário foi aprovado um protocolo de compromissos, visando à ampliação das discussões e das formas de ação conjunta e

Semiárido Brasileiro) e passou também a permear as políticas governamentais direcionadas à região. Em 2004, foi criado no Brasil o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) como Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Regulamentado em 2006, o INSA assumiu como missão o propósito de “viabilizar soluções interinstitucionais para desafios de articulação, pesquisa, formação, difusão e políticas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro, a partir de uma filosofia que assume a semiaridez como vantagem”⁸.

A atuação dessas e de outras instituições no Semiárido acompanhou a produção, distribuição e vendas de materiais diversos que buscam difundir os enunciados, saberes e dizeres da convivência. Existem livros, agendas, calendários, folders, cartazes, alguns poucos folhetos de cordel, o CD “Belo Sertão: A Convivência com Semiárido através da música” entre outros⁹. São dispositivos de legitimação do discurso da convivência – possuem, pois, um caráter estratégico – buscam afirmá-lo a partir de uma linguagem textual e imagética, das rimas poéticas e da música.

A mudança de discurso que se percebe com o redirecionamento de concepções para a promoção da cultura de convivência confirma a afirmação de Foucault, de que: “[...] *o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*” (FOUCAULT: 1999, p.10). Desse modo, as práticas e representações que emanam desses discursos buscam institucionalizá-lo através dos processos de legitimação de novos saberes e dizeres sobre o Semiárido Brasileiro; concebendo-o não como fronteira, e sim como horizonte, como caminho alternativo e mais viável. A institucionalização do discurso da convivência evidencia, portanto, uma disputa de poder e pelo poder em que jogam interesses socioeconômicos, concepções de mundo, diversidade de opiniões, maneiras que os sujeitos sociais usam para representarem o seu mundo e a si mesmos. Talvez essas considerações respondam, ainda que não totalmente, o questionamento que foi levantado no final do primeiro parágrafo deste texto.

articulada visando à melhoria das políticas públicas no campo educacional e da qualidade do ensino e dos sistemas educacionais do semi-árido brasileiro” (RESAB: 2006, s/p).

⁸ Disponível em: http://www.insa.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=60, acessado em 15 de junho de 2010. Neste site é possível ficar sabendo também das ações que o INSA vem desenvolvendo no Semiárido.

⁹ Alguns desses dispositivos serão utilizadas como fontes de pesquisa para a minha dissertação de mestrado.

Os ditos e feitos dos diversos indivíduos ou coletividades (canções, textos, livros, imagens, etc.), que discutem a idéia de convivência ou que são permeados por ela, configuram representações que constituem “*as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social*” (CHARTIER: 2002, p.72); e demonstram, a maneira como esses sujeitos sociais veem e compreendem o seu próprio mundo ou como gostariam que ele fosse visto e compreendido.

Isso implica que, a partir de leituras possíveis, na vivência cotidiana, os discursos são, muitas vezes, questionados e reelaborados ainda que sutilmente, levando-se em consideração, questões como, historicidade, posição sócio-cultural, pertencimento institucional etc., de “autores” e “leitores”. Neste sentido, concordamos com Michel Certeau (2008), quando afirma ser preciso considerar que não existe passividade ou descomprometimento na maneira como os discursos são elaborados e apreendidos pelos diversos atores sociais. As tramas do cotidiano podem constituir redes de uma antidisciplina.

Considerando as constantes discussões gestadas em torno do conceito de cultura histórica, a complexidade e a polissemia que marcam a sua elaboração, concordamos com Silveira, que a cultura histórica

(...) guarda duplo sentido: um, genérico, enquanto produção pela História-processo; outro, mais específico, como História-conhecimento, melhor nomeada, talvez, de Cultura Historiográfica. Portanto, toda Cultura Histórica contém uma Cultura Historiográfica, esta última entendida como o conjunto das representações formuladas sobre as experiências vividas pelas sociedades, os grupos sociais, as pessoas, em uma perspectiva de temporalidade. (SILVEIRA: 2007, p. 43)

Essa compreensão nos permite apreender as produções materiais e representações imagético-discursivas, que veiculam o discurso da convivência e buscam institucionalizá-lo, como “manifestações culturais da história sem forma científica”, como integrantes de culturas históricas e de culturas historicamente produzidas.

Ao estudarmos as representações da convivência em qualquer espaço do Semiárido precisamos considerar as discordâncias possíveis entre os sentidos produzidos pelos diversos atores sociais, já que múltiplas leituras e diferentes maneiras de apropriação podem ser empreendidas de uma mesma realidade. Precisamos compreender as representações veiculadas nos discursos sobre a convivência como

manifestações individuais e/ou coletivas provenientes de determinações histórico-culturais que instituem maneiras de ver e dizer o que é ser semiárido.

A desmistificação de uma concepção institucionalizada que norteou, durante décadas, as práticas políticas direcionadas à região do Semiárido – o discurso do combate à seca – demonstra ser uma tarefa ousada e, portanto, desafiadora. Mais do que introduzir novos conceitos e ensejar novas percepções sobre o que é *ser Semiárido* trata-se de desconstruir uma linguagem discursiva que acabou gerando imagens negativas da região. Uma das funções da linguagem, segundo Lane:

(...) é a mediação ideológica inerente nos significados das palavras, produzida por uma classe dominante que detém o poder de pensar e ‘conhecer’ a realidade, explicando-a através de verdades inquestionáveis e atribuindo valores absolutos de tal forma que contradições geradas pela dominação e vividas no cotidiano dos homens são camufladas e escamoteadas por explicações tidas como verdades ‘universais’ ou ‘naturais’, ou, simplesmente, como ‘imperativos categóricos’ em termos de ‘é assim que deve ser’, ‘sempre foi assim’ e ‘assim será’ (LANE, apud MATTOS: 2008, P. 14).

Consideramos, pois, que o discurso da convivência se configura como um entre vários olhares sobre a região semiárida e está, portanto, entrelaçado a um diálogo conflituoso entre discursos, com outros olhares que, muitas vezes, acabam restringindo suas fronteiras, intervindo em suas ações e dificultando a adesão à sua institucionalização.

Nesse sentido, é importante aprofundar o debate acadêmico sobre como os discursos da convivência vem sendo institucionalizados, considerando o lugar social de onde falam os sujeitos e as condições históricas que possibilitam essa fala, os embates e/ou cruzamentos entre as práticas culturais locais e os processos globais, e as descontinuidades que atravessam os seus discursos¹⁰.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Água de chuva: o segredo da convivência com o Semiárido Brasileiro. Cáritas Brasileiras/Comissão Pastoral da Terra/Fian-Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

¹⁰ Essa é uma discussão que pretendo contemplar na minha dissertação de Mestrado.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A emergência da lógica da “convivência com o Semiárido” e a construção de uma nova territorialidade. In: **Educação para a convivência com o Semiárido: reflexões teórico-práticas**. Juazeiro: Secretaria da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, 2004. p. 13-27.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M. **Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável**. Projeto de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2008.

FÓRUM NORDESTE. **Ações Permanentes para o desenvolvimento do Nordeste Semiárido brasileiro**: propostas da sociedade civil. Recife, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1999.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. 1.ed. Brasília: Confea, 2007. 140p. – (Pensar Brasil).

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **A escola pública pode mudar o Brasil**. In: Mundo Jovem. 2008. Ano 46. N° 383. p.14.

SÁ, A. M.; FORTUNATO, M. L. ; MOREIRA NETO, Mariana . **Convivência com o Semiárido na Paraíba: Políticas Públicas, Autonomia e Desenvolvimento Sustentável**. Revista pesquisa (UFCG), 2008, v. 2, p. 507-526.

SÁ, A. M.; FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M. **Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável**. Relatório Final de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2007-2008, p.30.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 1.ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008, p.219.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A cultura histórica em representações sobre territorialidades. In. **Saeculum, Revista de História**, [16]; João Pessoa, jan./jun. 2007, pp. 33-46.

SOUZA, Ivânia Freitas de. **A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido Brasileiro**. São Paulo: Peirópolis, 2005.